

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1556646 - SP (2019/0227397-8)**

**RELATOR : MIN. ANTONIO CARLOS FERREIRA**

EMBARGANTE : PORTOMED - PORTO SEGURO SERVICOS DE SAUDE LTDA  
ADVOGADOS : MARCUS FREDERICO BOTELHO FERNANDES - SP119851  
: LAUANA BARROS DE ALMEIDA - SP238483  
EMBARGADO : CELIA CASSIOLATO  
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954  
INTERES. : RÁDIO ELDORADO LTDA  
ADVOGADO : CELSO DE FARIA MONTEIRO - SP138436

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão (e-STJ fl. 547) que determinou a devolução dos autos à Corte estadual para aguardar julgamento dos Recursos Especiais representativos da controvérsia n. 1.816.482/SP, 1.818.487/SP e 1.829.862/SP (Tema n. 1.034).

A parte embargante aduz, em síntese, contradição e omissão, tendo em vista que "o REsp 1829862/SP, por sua vez, trata da alteração da forma de cobrança para faixa etária e aplicação de índice de reajuste. Já, o recurso em comento difere dos acima elencados, pois o que está em debate é o valor que a Agravante pretende pagar após ter optado por permanecer no contrato coletivo nos termos do artigo 31 da Lei n. 9.656/98. Ela não concorda em arcar com a parte que Estipulante pagava, pretendendo apenas que dela seja cobrado quantia que era descontada do seu salário a título '*upgrade*'" (e-STJ fl. 551).

A embargada apresentou impugnação, com pedido de aplicação da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 (e-STJ fls. 556/559).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

Ademais, os embargos declaratórios, em regra, não permitem re julgamento da causa, como pretende a parte ora embargante, sendo certo que o efeito modificativo pretendido é possível apenas em casos excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, o que não se evidencia no caso em exame.

Sob esse enfoque, os seguintes precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO

ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DA PARTE EM OBTER EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. É inadmissível a interposição de embargos declaratórios para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide. Precedentes.

2. O simples descontentamento com o decisum, a despeito de legítimo, não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt nos EDcl no AgRg no AREsp 738.681/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/11/2018, DJe 12/11/2018.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. SÚMULA 568 DO STJ. ARGUMENTO DE NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. REDISCUSSÃO DE TEMA JÁ APRECIADO. IMPOSSIBILIDADE. MULTA PREVISTA NO ART. 557, § 2º DO CPC/1973 (ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015). NÃO INCIDÊNCIA.

1. Os embargos de declaração objetivam sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão e/ou erro material no julgado (CPC, art. 1022). A ausência do enquadramento fático às hipóteses mencionadas não permite o acolhimento do presente recurso.

2. Não há qualquer omissão concernente à possibilidade de julgamento monocrático, visto que esta Corte Superior possui firme jurisprudência no sentido de que a legislação processual (art. 557 do CPC/1973, equivalente ao art. 932 do CPC/2015, combinados com a Súmula 568 do STJ) permite ao relator julgar monocraticamente recurso inadmissível ou, ainda, aplicar a jurisprudência consolidada deste Tribunal, sendo certo, ademais, que a possibilidade de interposição de recurso ao órgão colegiado afasta qualquer alegação de ofensa ao princípio da colegialidade.

3. No que tange ao argumento de não incidência da Súmula nº 7 do STJ, verifica-se que está nítido o propósito da parte embargante de rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que, contudo, não é cabível na via estreita dos embargos de declaração.

4. Em consonância com a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, a simples interposição de agravo contra decisão do relator não implica a imposição de multa.

5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, apenas para excluir a multa do art. 557, § 2º, do CPC/1973.

(EDcl no REsp 1.269.844/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018.)

No caso dos autos, o agravo em recurso especial foi interposto pela embargada, onde informa que "a discussão do presente recurso é sobre a mudança de precificação da mensalidade, de preço médio para faixa etária, que culminou com a cobrança onerosa do plano de saúde, impedindo a correta aplicação do direito adquirido pelos funcionários aposentados que preenchem os requisitos do art. 31 da Lei 9.656/98, bem como a interpretação do conteúdo do referido dispositivo à luz do objetivo do Código de Defesa do Consumidor" (e-STJ fl. 368).

Inclusive, a matéria foi tratada pelo Tribunal de origem (e-STJ fl. 345):

O cerne da controvérsia reside, pois, nos valores a serem pagos, uma vez que a autora alega que teria havido majoração abusiva no valor das mensalidades após a opção pela manutenção do benefício.

Ocorre que a referida alegação não merece prosperar, pois se observa que, após a reestruturação do plano de saúde, o valor cobrado passou a ser o mesmo tanto para funcionários ativos quanto inativos, diferenciando-se tão somente a forma de custeio, uma vez que os primeiros o dividem com a empregadora, enquanto que os inativos

# *Superior Tribunal de Justiça*

assumem o pagamento integral.

Portanto, o pedido da embargada está relacionado à matéria afetada: "definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998" (Tema n. 1.002).

Assim, não se constata nenhum dos casos de cabimento dos embargos declaratórios.

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração. Indefiro o pedido da parte embargada, de aplicação da multa, porque não evidenciada, até o momento, conduta maliciosa ou temerária a justificar tal sanção.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator